

## PROCEDIMENTO DOS DÉFICES EXCESSIVOS

### (1.ª Notificação de 2020)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia para o Eurostat, até ao final do mês corrente, a primeira notificação de 2020 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE).

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica n.º 2/2013 – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Capítulo V – Prestação de contas, artigo 21.º, sobre o Procedimento dos Défices, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), apresentou no passado dia 17 de março à composição restrita do Grupo de Estatísticas das Administrações Públicas (GEAP) - formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Departamento de Estatística do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento - uma estimativa da Conta não financeira e financeira da Administração Pública Regional (APR) da Madeira, na ótica das Contas Nacionais, de acordo com a metodologia do SEC 2010 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

A compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento e da dívida pública é efetuada em estreita ligação com as autoridades estatísticas nacionais, ou seja, com o INE no primeiro caso e com o Banco de Portugal no segundo. Estes organismos são ainda responsáveis pela validação da informação reportada.



## Saldo da Administração Pública Regional

No quadro seguinte apresenta-se o saldo da APR da Região Autónoma da Madeira entre 2016 e 2019 por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional da Madeira	Anos			
	2016	2017	2018	2019
	Final	Final	Provisório	Provisório
Governo Regional da Madeira	-162,8	-23,6	70,8	-76,9
Serviços e Fundos Autónomos da APR	18,7	4,5	14,6	-1,2
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	367,9	98,7	15,9	116,1
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	<b>223,8</b>	<b>79,6</b>	<b>101,3</b>	<b>38,0</b>

Em 2019, a capacidade de financiamento da Administração Pública Regional da Madeira situou-se em 38,0 milhões de euros, mantendo-se assim o saldo positivo entre receitas e despesas na Administração Pública Regional, situação que se verifica ininterruptamente desde 2013.

No apuramento do saldo das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. Na Contabilidade Pública segue-se uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos em períodos anteriores. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das Administrações Públicas, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das Administrações Públicas de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

Abaixo apresenta-se um quadro que sintetiza os principais ajustamentos para o ano de 2019.

Unid: milhões de euros

Rubricas	2019
<b>Saldo em contabilidade pública</b>	<b>-86,9</b>
Varição passivos - outras contas a pagar do GR e SFA	106,4
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	116,1
Outros ajustamentos	-97,6
<b>Saldo em contabilidade nacional</b>	<b>38,0</b>

A passagem de um saldo negativo em contabilidade pública para um saldo positivo em contabilidade nacional explica-se fundamentalmente pelos pagamentos (regularização) de dívidas de anos anteriores, refletidos na rubrica “Varição passivos – outras contas a pagar do GR e SFA”.

### Dívida Bruta da Administração Pública Regional

Relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i. É excluída a dívida comercial que não esteja incluída em acordo de regularização de dívida; ii. É excluída a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas; iii. A dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das Regiões Autónomas é registada no subsector da Administração Local.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*

No quadro seguinte apresenta-se os valores da dívida bruta regional entre 2016 e 2019, por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional (APR)	Anos			
	2016 Final	2017 Final	2018 Provisório	2019 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	3 905,1	4 062,3	4 071,2	4 124,0
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	885,1	741,3	675,7	538,8
<b>Dívida Bruta</b>	<b>4 790,3</b>	<b>4 803,7</b>	<b>4 746,9</b>	<b>4 662,8</b>
<b>Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado</b>	<b>4 477,6</b>	<b>4 783,6</b>	<b>4 890,9</b>	<b>x</b>
<i>Por Memória:</i>				
Rácio Capacidade / necessidade líquida de financiamento da APR no PIBRpm	5,0%	1,7%	2,1%	x
Rácio Dívida Bruta da APR no PIBRpm	107,0%	100,4%	97,1%	x

PIBRpm - Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado

x - Não disponível

<https://estatistica.madeira.gov.pt/>

A dívida bruta da Administração Pública Regional da Madeira em 2019 situava-se nos 4 662,8 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 84,0 milhões de euros em relação ao ano de 2018.

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 479/2009 do Conselho, as notificações iniciam um trabalho conjunto das autoridades estatísticas nacionais com o Eurostat o qual, no prazo de 3 semanas, deverá apreciar as notificações e publicar os resultados finais para todos os Estados-membros.



**Direção Regional de Estatística da Madeira**

*"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"*